

Do lado de fora do armário: uma reflexão sobre o (não) noticiamento de feminicídios contra mulheres lésbicas no Brasil¹

Camila CALMON²

Patrícia D'ABREU³

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

A partir da complexidade e da multiplicidade da existência das mulheres, as variadas opressões vivenciadas por elas serão, de diferentes maneiras, (não) abordadas pela mídia hegemônica. Tendo como amparo teórico conceitos como interseccionalidade e a história do movimento lésbico no Brasil, este artigo analisa como feminicídios e violências contra as mulheres que subvertem os padrões de heteronormatividade estabelecidos pelo capitalismo são noticiados pelo portal g1. Com base em teóricos como Judith Butler (2003), Monique Wittig (2022), Patrícia Lessa (2007) e Patrick Charaudeau (2013), e por meio da análise de discurso, evidenciou-se uma invisibilização dos corpos lésbicos e a perpetuação dos valores heterossexistas pelo jornalismo.

Palavra-chave: Lesbocídio; Interseccionalidade; Noticiamento; Jornalismo factual.

1. Introdução

Pensar o feminicídio 10 anos após a promulgação da “Lei do Feminicídio” pode levar à falsa sensação de que, com a legislação, as vítimas desse crime estão finalmente amparadas por uma estrutura justa. Contudo, ao acompanhar como essas violências são tratadas fora da delegacia, especialmente pelo audiovisual, evidencia-se que a lei, por si só, jamais promoverá a emancipação da mulher.

Por meio de reflexões propostas por Judith Butler (2003), compreende-se que as mulheres têm suas experiências e relações sociais construídas e reprimidas pelo mesmo sistema de poder por meio do qual busca-se emancipação. Assim, cabe analisar como o jornalismo factual, transformado pela distorção da ideia de temporalidade no ambiente digital, percebe a existência do feminicídio e das violências produzidas contra corpos lésbicos. Butler (Idem), Monique Wittig (2022) e Patrícia Lessa (2007) oferecem subsídios para compreender como as questões de gênero inteseccionadas à sexualidade lésbica são atravessadas por variadas opressões que sustentam as estruturas

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 5º semestre, do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, e-mail: camilacalmon9@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho, profa efetiva do curso de JornalismoUFES e-mail: patriciadabreu@gmail.com

heterossexistas do capitalismo. Este sistema, por sua vez, utiliza os meios de comunicação para (re)produzir discursos que perpetuam a hegemonia hetero e cisnormativa nas relações sociais.

Para compreender a operacionalidade do jornalismo factual na digitalidade, Sylvia Moretzsohn (2017) evidencia um modo de produção jornalística atrelado ao que ela chama de fetiche da velocidade, que explica a relação da urgência (tida como necessária ao jornalismo) com o capitalismo. Essa distorção do tempo impacta o trabalho jornalístico, refletindo em *quais discursos* serão veiculados e *quais sentidos* eles produzem sobre o mundo (Charaudeau, 2013).

Essas relações sociais e de poder evidenciam um debate sobre como determinados grupos sociais (não) são visíveis para a mídia hegemônica. A partir do aspecto metodológico, este artigo propõe-se a analisar quais discursos (não) estão sendo produzidos sobre feminicídios contra mulheres lésbicas, com o recorte temporal de análise no mês de agosto - Mês da Visibilidade e Orgulho Lésbico - de 2024, no portal online de notícias g1, referência em jornalismo digital.

2. Para Além de Ser Mulher: uma questão interseccional e de pauta jornalística

As relações de poder que sustentam o capitalismo são múltiplas e a interseccionalidade, utilizada originalmente por mulheres negras como método de análise e enfrentamento das opressões (Kyrillos, 2020), é uma ferramenta essencial para analisar e compreender as particularidades vivenciadas por mulheres distintas. As categorias e identidades sociais atribuídas ou adotadas por elas não se dissociam entre si, tampouco das repressões impostas pela estrutura capitalista. Butler (2003) explica que ser mulher não é tudo o que uma mulher é, isso porque as questões de gênero estão entrelaçadas a outras relações sociais, raciais e/ou de sexualidade que compõem suas identidades.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque gênero estabelece interseções com modalidade raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivas mentes constituídas. (Idem, p.20).

Desde a colonização, o poder hegemônico produz, perpetua e institucionaliza estruturas de opressões e discriminações contra as mulheres. Em tempos de crise, nos

quais a população sente a ascensão do fascismo, os mecanismos de opressão tornam-se mais explícitos na esfera midiática que, com a distorção das ideias de tempo e velocidade, (re)produz os discursos misóginos que convencem e sustentam a hegemonia capitalista.

Simone de Beauvoir (1970) explica que a ascensão de crises políticas, religiosas ou econômicas provoca o questionamento dos direitos das mulheres. Como exemplo, menos de um mês depois da posse presidencial, Donald Trump assinou um decreto que proíbe a participação de mulheres transgêneros em eventos esportivos escolares ou universitários⁴. Por isso, utilizar a interseccionalidade ao olhar para um fato ou apurar uma informação, é um exercício de lembrar o porquê de mulheres perderem tão facilmente o que se leva décadas para conquistar: o poder ainda é masculino, classe alta, branco, cis e hétero.

Ao priorizar a velocidade da veiculação em detrimento de uma análise mais crítica das estruturas que causam e sustentam as opressões, o discurso jornalístico construído opta por omitir as origens dos problemas sociais. Os recortes interseccionais permitem saber o que está por trás da informação, o que não é exposto - um passo para evitar a reprodução de estereótipos e preconceitos que costuram as relações capitalistas.

A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito (Collins e Bilge: 2020, p. 30).

Observar casos de feminicídios, seus noticiamentos e os inúmeros fatores que reforçam as violências vividas é reivindicar que as mulheres são para além do gênero e alertar sobre como suas demais identidades e relações sociais são estigmatizadas pela hegemonia masculina e heterossexista (Butler, 1990). Adotar o olhar interseccional na apuração jornalística permite ir além da simples reprodução do boletim de ocorrência e do noticiamento do crime pelo crime. Como o jornalismo televisivo está noticiando as mulheres? Quae as mulheres ganham visibilidade? Que discurso está sendo produzido sobre mulheres lésbicas? Como a opressão de sexualidade e de gênero, interseccionados, produzem uma violência escancaradamente invisível?

⁴ “Trump proíbe meninas e mulheres transgêneros de eventos esportivos femininos”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/02/05/trump-vai-banir-meninas-e-mulheres-transgeneros-de-eventos-esportivos-femininos.ghtml> . Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

3. Subvertendo o heterossexismo: a lesbianidade no Brasil

A sexualidade e a quebra dos padrões heteronormativos são questões centrais na vivência das mulheres. No Brasil, a organização das mulheres lésbicas como movimento feminista teve início apenas no fim dos anos 1970 (Sarmet, 2018, p. 287), ainda sob a ditadura militar. A luta delas se diferenciava tanto das pautas das feministas heterossexuais como das questões dos homens gays. Havia particularidades que convocavam essas mulheres a se organizarem e a falarem sobre suas questões.

Patrícia Lessa (2007) identifica fases expressivas do movimento. A primeira se destacou pela criação do *Boletim ChanacomChana* (1981-7), elaborado pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista, de São Paulo. Neste período, outros boletins, periódicos e revistas surgiram, ampliando o debate sobre as vivências lesbianas. Esta estratégia inicial de comunicação abordava pautas identitárias sobre a lesbianidade, promovia visibilidade, fortalecia a agenda política e reivindicava a existência dos corpos lésbicos. Na segunda fase, no contexto pós-ditadura, os grupos se organizaram de forma mais atuante - como em ONGs que pautavam questões sobre direitos reprodutivos, saúde, trabalho e violência de gênero. Sarmet (2018) destaca a criação de duas datas importantes: 19 de agosto, Dia Nacional do Orgulho Lésbico, e 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica.

Em 1966, o Dia da Visibilidade Lésbica surge do protagonismo de lésbicas negras na criação do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), no Rio de Janeiro. Este é um exemplo prático da interseccionalidade, uma vez que a existência dessas mulheres só poderia ser compreendida pelo olhar simultâneo para as diversas questões que as atravessavam. No primeiro Dia Nacional do Orgulho Lésbico, em 1983, o Ferro's Bar, em São Paulo, foi ocupado. Frequentado por mulheres lésbicas, o local proibiu a entrada delas e a distribuição interna do *Boletim ChanacomChana*, importante ferramenta de militância.

O terceiro momento é marcado pela representação midiática das mulheres lésbicas na TV, sites, redes sociais e publicidades. Sarmet (Idem) indica, ainda, uma quarta fase do movimento: o fortalecimento do ativismo digital a partir de 2015. Com a expansão e centralização dos debates sobre questões de gênero e raça, além de pautas que antes sequer eram discutidas, como a transfobia e a gordofobia, os discursos e a própria existência humana passaram a ser validados mediante as representações no espaço virtual: se está na internet existe, se não está, não existe.

No momento anterior, e até mesmo antes disso, já se vislumbrava a importância da cultura midiática para a visibilização das identidades, de modo que o fazer político estava intimamente ligado a essas trocas na sociedade do espetáculo (Ibidem, p. 289).

Além dos esforços dessas mulheres para tornarem visível suas existências, destaca-se o papel crucial da comunicação nessa luta. Os meios viabilizaram as existências e relações desse grupo social: elas se provam vivas por meio do exercício da linguagem, isto é, do discurso da informação, “que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (Charaudeau, 2013, p. 12).

4. O g1 e o feminicídio de mulheres lésbicas: uma realidade invisível

Segundo o Memória Globo⁵, o portal de notícias g1 surgiu em 2006 como a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico das Organizações Globo pensada exclusivamente para o meio digital. O projeto foi construído de forma híbrida, contando tanto com a estrutura da TV Globo, como com a do globo.com, empresa criada para promover conteúdos e serviços pela internet. O g1 foi um projeto com equipes dedicadas à cobertura em tempo integral, redação própria e produção de informação exclusiva para a internet, oficializando a entrada da Globo no jornalismo digital.

Com a proposta de agilidade e credibilidade na veiculação de informações, o portal adotou uma cultura de publicações por etapas, na qual uma matéria já poderia ir ao ar antes mesmo de ser completamente apurada, com a possibilidade de edições e atualizações depois da veiculação ter sido feita. Isso possibilitou que o g1 desenhasse os novos rumos do jornalismo digital: em dois anos, ele era líder de audiência na internet.

O apelo ao factual e à velocidade gerou a necessidade de instalar redações locais do g1 nas afiliadas da Rede Globo pelos estados brasileiros. A estrutura de correspondentes regionais impulsionou os acessos ao portal, que hoje conta com pelo menos 20 editorias, blogs, colunas, podcasts e inúmeros conteúdos em diferentes formatos.

Desde a criação do g1, seu diferencial foi construído na propaganda lógica de urgência em “dar a notícia em primeira mão”, perpetuada pelo jornalismo factual, a qual rompe com as condições reais do trabalho jornalístico para atender às demandas mercadológicas - como se a rapidez agregasse valor à informação. Sylvia Moretzsohn (2002) caracteriza

⁵ “O portal de notícias da Globo é líder de audiência no jornalismo digital”. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/produtos-digitais/g1/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2025.

essa obsessão pelo imediatismo de “fetiche da velocidade”. No capitalismo, onde “tempo é dinheiro”, veicular uma notícia primeiro, antes de todos os concorrentes, reforça uma credibilidade baseada no impacto e na viralização: quanto mais cedo a notícia circula, maior o alcance. E quanto maior a audiência, maior o lucro.

Esse raciocínio está diretamente ligado ao que chamei de “fetiche da velocidade” (Moretzsohn, 2002), ao tratar do processo de produção de notícias “em tempo real”, que radicalizava uma contradição posta já no início do surgimento da imprensa como atividade industrial, em meados do século XIX: a promessa de “dar a verdade em primeira mão” sintetizava o ideal de transmitir com o máximo de agilidade as informações de interesse público, mas o compromisso prioritário com a verdade – a informação verdadeira, confiável – sistematicamente sucumbia diante da urgência imposta pelas necessidades do mercado concorrencial (Idem, p.301).

A autora nos convida a refletir a legitimidade da urgência no jornalismo factual sem apurações rigorosas e que estimule o público a se informar de modo crítico, ainda que seja sobre o cotidiano. Uma apuração por etapas, que permite a publicação das matérias antes que haja uma apuração completa, é um sintoma de um jornalismo que fetichiza a velocidade. Até onde o imediatismo não compromete a qualidade da informação? Até onde as consequências de uma informação mal apurada se desdobrarão no debate público agendado pela mídia? E até onde isso não é proposital?

Partindo da perspectiva de que a existência se materializa na realidade a partir dos discursos, torna-se necessário analisar quais são esses discursos que estão delineando a existência das mulheres lésbica no Brasil. Witting (2022) explica que é também através dos discursos (hegemônicos) que as opressões são operadas: “Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade (p.5)

Charaudeau caracteriza o discurso como o resultado “da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (...) com a maneira pela qual se fala (2013, p. 40)”. A construção discursiva passa pela transformação do “mundo a significar” para o “mundo significado”, isto é, atrelar sentido ao mundo e aos acontecimentos. Logo, noticiar é também atribuir sentido a um fato original, bem como analisar o discurso é olhar para a forma com que determinados acontecimentos são veiculados na mídia.

A partir das reflexões teóricas propostas, este estudo se coloca a analisar quantas vezes e, principalmente, como o portal online de notícias g1 noticiou o feminicídio de

mulheres lésbicas no mês de agosto de 2024 - mês do Orgulho e da Visibilidade Lésbica no Brasil. As categorias de análises utilizadas para coletar as informações do site foram: data de publicação; título e vídeo. Cabe destacar que foram analisadas somente matérias com conteúdo audiovisual, as quais foram veiculadas em canais televisivos.

A partir do levantamento inicial da quantidade de publicações feitas no período do dia 01 de agosto de 2024 ao dia 31 de agosto de 2024, utilizando a ferramenta de busca do próprio site e filtrando pela categoria “vídeos”, catalogou-se a veiculação de 120 reportagens audiovisuais com a palavra-chave “feminicídio”. Posteriormente, optando pelas palavras-chave “lésbica”, “lésbicas” e “lésbico”, nenhuma matéria foi encontrada. Nas notícias sobre feminicídio, nenhuma era sobre mulheres lésbicas ou mencionava em destaque os termos que remetem à sexualidade lésbica.

Palavra-chave	Período analisado	Categoria selecionada	Total
Feminicídio	01/08/2024 à 31/08/2024	Vídeos	120
Lésbicas/Lésbica/Lésbico	01/08/2024 à 31/08/2024	Vídeos	0

Fonte: tabela elaborada pela autora.

Os dados encontrados expressam e reforçam as reflexões sobre a ausência da interseccionalidade na apuração jornalística, além da perpetuação de valores hegemônicos, isto é, hétero e cisnormativos, no (não) noticiamento de feminicídios e violência contra mulheres. O g1 não ter veiculado nenhuma matéria denunciando feminicídios de mulheres lésbicas mostra que nem no mês voltado para o orgulho e visibilidade dessa causa essas vivências são vistas como uma realidade.

A invisibilização de uma existência coletiva parte do princípio de que ela só existe se é vista e se não é, portanto, não existe. Charaudeau (2013) afirma que o vídeo, ao utilizar dos mecanismos textuais e visuais, “cria a ilusão de que representa o mundo tal como ele é (p. 111)”. Logo, a escolha de noticiar ou não determinada causa, ou de *como* noticiar, está entrelaçada ao sentido que será produzido pelo discurso, mesmo quando esse discurso está invisível.

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos

de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (Charadeau, 2013, p. 39).

Ao cruzar os resultados do levantamento feito neste estudo com os dados divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), por meio de um painel interativo, sobre as denúncias de violações de direitos humanos recebidas pelo canal Disque 100, destaca-se que, em agosto de 2024, houve 592 denúncias de violações contra mulheres lésbicas e, pelo menos, 7.909 ocorrências dessas violações.



Fonte: Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de 2024.

Os números alarmantes divulgados pelo MDH revelam que, ao contrário do que indica a ausência de noticiamentos de casos de feminicídios contra mulheres lésbicas no portal do g1, esta violência de gênero e sexualidade é uma realidade no país. Se a materialidade dessa discriminação é tão latente, por que, então, é tão invisível na mídia?

Butler (2019) explica a existência de mecanismos regulares que atuarão intrínsecos às estruturas dominantes, classificando os corpos que importam e os corpos que não importam. A partir disso, é possível entender que a lesbianidade por completa desconstrói qualquer tipo de padrão estabelecido e imposto às mulheres e, por isso, para a sociedade que tem a heterossexualidade como um regime político forçado (Wittig, 1980), o corpo lésbico não importa - nem no mês dedicado a ele.

Com a sua inescapabilidade erigida em conhecimento, em princípio óbvio, em dado pré-adquirido a qualquer ciência, o pensamento hétero desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos (Wittig, 2022, p. 9).

Cabe ressaltar também que, ao analisar o título das 120 matérias filtradas, concluiu-se que pelo menos 19 delas destacam o grau de parentesco por afinidade que a vítima tinha com o criminoso na manchete, utilizando termos como “companheiro”, “marido”, “parceiro”, “casal” e “família”. Essas observações ressaltam a naturalização das relações sociais baseadas na heterossexualidade como norma. Estigmatizar a existência de corpos lésbicos para perpetuar a cis e heteronormatividade, por meio da mídia, inclusive, é normatizar a dominação violenta do homem sobre a mulher.

O apanhado teórico proposto alinhado aos dados levantados e refletidos aqui levam à conclusão de que os meios de comunicação hegemônicos servem às estruturas hegemônicas capitalistas e, portanto, reproduzirão os valores e normas por meio do discurso. O silêncio, em uma sociedade altamente veloz para falar sobre tudo, é uma forma de excluir e desumanizar determinados corpos.

5. Considerações finais

Olhar para o mês que celebra e relembra a luta de mulheres lésbicas e concluir que, para o jornalismo hegemônico, não havia o que se produzir sobre a luta que esse movimento histórico trava pelas existências dessas mulheres, é compreender, mais uma vez, que as estruturas que sustentam o capitalismo e que se perpetuam por meio da mídia, se firmam nas múltiplas opressões de gênero.

Atribuir significado ao mundo é dar-lhe sentido para existir. Butler (2019), afirma que “saber o significado de alguma coisa é saber como e porque ela importa (p. 68)”. Existências que não são significadas condenam os indivíduos a uma eterna invisibilização - como se a maior punição fosse ser quem se é. Significar vidas estigmatizadas é romper, dia após dia, com as estruturas enraizadas no capitalismo. Mesmo atrelado ao sistema dominante, o jornalismo pode e deve se esforçar para se desvincular das lógicas que perpetuam problemas sociais, reproduzem discriminações e silenciam grupos sociais.

O silêncio é o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido. Ele cerca as ilhas dispersas formadas pelos que foram autorizados a falar, pelo que pode ser dito e pelos ouvintes. O silêncio ocorre de muitas maneiras e por muitas razões; todos nós temos o nosso próprio mar de palavras não ditas. (...) Se nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade, ser privado de voz é ser desumanizado ou excluído da sua humanidade. E a história do silêncio é central na história das mulheres. (Solnit: 2017, p.27-8)

A romancista brasileira Elayne Baeta (2021) reivindica a existência da lesbianidade afirmando que não há nada no mundo que a impeça de ser lésbica o tempo todo e que sua existência enquanto mulher lésbica significa *dezenas* de coisas. O silenciamento midiático até pode dificultar essa luta, mas as *milhares* de lésbicas continuarão sendo quem são - o tempo todo.

Referências

- BAETA, Elayne. **Oxe Baby**. Rio de Janeiro: Editora Galera, 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. SP: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KYRILLOS, Gabriela M. **Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.
- LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. Brasília: 2007.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- _____, Sylvia. **Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária**. Rio de Janeiro: Revista IBCT, 2017.
- SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas – Reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero e Outros Ensaio**s. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.